

**Renovapar S.A. -
em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2019

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em Reais

<u>ATIVOS</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
CIRCULANTES			CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	100	100	Fornecedores	3	-	283
			NÃO CIRCULANTES			
			Partes relacionadas	4	1.946	369
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	5		
			Capital social		22.974	22.974
			Prejuízos acumulados		(24.820)	(23.526)
			Total do patrimônio líquido negativo		(1.846)	(552)
TOTAL DOS ATIVOS	<u>100</u>	<u>100</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO		<u>100</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em Reais

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
DESPESAS			
Gerais e administrativas	6	(1.301)	(783)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		7	13
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(1.294)</u>	<u>(770)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído	5.3	(0,06)	(0,03)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em Reais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(1.294)	(770)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.294)</u>	<u>(770)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido negativo
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		22.062	(22.756)	(694)
Aumento de capital	5.2	912	-	912
Prejuízo do exercício		-	(770)	(770)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>22.974</u>	<u>(23.526)</u>	<u>(552)</u>
Prejuízo do exercício		-	(1.294)	(1.294)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5	<u>22.974</u>	<u>(24.820)</u>	<u>(1.846)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Valores expressos em Reais

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo exercício		(1.294)	(770)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Juros sobre fornecedores e impostos		(7)	(13)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(276)	(498)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.577)</u>	<u>(1.281)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	5.2	-	912
Partes relacionadas	4	1.577	369
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.577</u>	<u>1.281</u>
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		100	100
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		100	100
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


 Gina Abreu Batista dos Santos
 Contadora CRC 027321-O-BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019

Valores expressos em Reais

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Renovapar S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma sociedade anônima fechada, organizada sob a forma de subsidiária integral da Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), e que faz parte do Grupo Renova. Constituída em 4 de fevereiro de 2013, a Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Roque Petroni Junior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias – São Paulo, que tem por objeto social a participação em outras sociedades que tenham por objeto a exploração direta ou indireta em empreendimentos para geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui participação societária (1 ação/quota) nas seguintes empresas do Grupo Renova:

PCH	% participação 31/12/2018 e 31/12/2019
Energética Serra da Prata S.A.	0,0000011%
Renova PCH LTDA. - Em recuperação judicial	0,0002779%
Chiplely SP Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial	0,0000001%

Eólico	% participação 31/12/2018 e 31/12/2019
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	0,0000001%
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) - Em recuperação judicial ¹	0,0000001%
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000009%
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000010%
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000019%
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000009%
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000018%
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000010%
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000008%
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000013%
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000008%
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000008%
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000010%
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000016%
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000009%
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000009%
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000012%
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000014%
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000012%
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000009%
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000011%
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000011%
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000011%
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000009%
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000009%
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000015%
Centrais Eólicas Botuquara S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000132%
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000052%
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000458%
Centrais Eólicas Canjoão S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000256%
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000058%

- Continua -

RENOVAPAR S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (Companhia em fase pré-operacional)

- Continuação -

	% participação
	31/12/2018 e 31/12/2019
Eólico	
Centrais Eólicas Conquista S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000042%
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000145%
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000061%
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000156%
Centrais Eólicas Macambira S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000070%
Centrais Eólicas Tamboril S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000052%
Centrais Eólicas Tingui S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000056%
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000067%
Centrais Eólicas Caliandra S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000152%
Centrais Eólicas Cansação S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000217%
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000318%
Centrais Eólicas Ico S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000087%
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000077%
Centrais Eólicas Lençóis S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000051%
Centrais Eólicas Putumuju S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000096%
Centrais Elétricas Itaparica S.A. - Em recuperação judicial ¹	0,0000008%
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. - Em recuperação judicial ¹	0,0000710%
Centrais Eólicas Itapuã XX LTDA. - Em recuperação judicial	0,0030923%
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. - Em recuperação judicial	0,0000004%
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. - Em recuperação judicial	0,0000065%
Centrais Eólicas Itapuã XV LTDA. - Em recuperação judicial	0,0030871%
Parque Eólico Iansã LTDA. - Em recuperação judicial	0,0000853%
	% participação
	31/12/2018 e 31/12/2019
UFV (Usina Fotovoltaica)	
Centrais Eólicas Itapuã IV LTDA. - Em recuperação judicial	0,0001032%
Centrais Eólicas Itapuã V LTDA. - Em recuperação judicial	0,0001132%
	% participação
	31/12/2018 e 31/12/2019
Holding	
Espra Holding S.A.	0,0558659%
Bahia Holding S.A. - Em recuperação judicial	0,0000014%
CMNPAR Fifty Four Participações S.A.	0,2000000%
SF 120 Participações Societárias S.A.	0,0000079%
SF 123 Participações Societárias S.A.	0,1666667%

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$1.294 (2018, R\$770), possui prejuízos acumulados de R\$24.820 (2018, R\$23.526) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os seus compromissos.

Considerando a situação financeira do Grupo Renova, em 16 de outubro de 2019 a Renova Energia e determinadas controladas, o que inclui a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. A decisão judicial exarada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;

- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em aderência a esse momento do Grupo Renova, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a contratação de empresa especializada em assessoria e suporte à gestão interina de empresas em processos de recuperação judicial. Como parte da Gestão interina, ocorreu nessa mesma data a substituição do diretor-presidente e do diretor de finanças e desenvolvimento de negócios.

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelo Grupo Renova.

Em 17 de dezembro de 2019 o Grupo Renova protocolou o seu plano de recuperação judicial para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica-financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a controladora Renova Energia celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo *debtor-in-possession* ("DIP") de R\$36.500, sendo R\$10.000, R\$6.500 e R\$20.000, em 25 de novembro de 2019, 27 de dezembro de 2019 e 28 de janeiro de 2020, respectivamente. Ainda, em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta vinculante de financiamento para a conclusão das obras do seu Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para as despesas operacionais correntes do Grupo Renova, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes.

O plano de recuperação judicial do Grupo Renova encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em junho de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em reais e foram aprovadas pela Administração em 16 de abril de 2020.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 3);
- Transações com partes relacionadas (nota 4).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.4. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2019. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de janeiro de 2019:

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia realizou um trabalho interno e não foram identificados impactos para a adoção deste novo pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2019.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

Há normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3. FORNECEDORES

Em dezembro de 2019 a Companhia pagou o saldo de fornecedores no montante de R\$283, referente a taxas diversas.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Adiantamento para futuro aumento de capital aportado pela Renova Energia na Companhia, no montante de R\$1.946 (R\$ 369) e que deverá ser capitalizado quando da aprovação do plano de recuperação judicial da Controladora.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

5.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$22.974 e está dividido em 22.974 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

5.2 Aumento de capital

Em 3 de dezembro de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital, no valor de R\$911, mediante a emissão de 911 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

5.3 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(1.294)	(770)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis	22.974	22.132
Prejuízo básico e diluído por ação	<u>(0,06)</u>	<u>(0,03)</u>

6. DESPESAS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Impostos e taxas	1.301	783

7. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reversão de juros provisionados	7	13

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia reverteu provisão de juros anteriormente constituída considerando a não expectativa de realização.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	100	100	100	100
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	283	-	283
Não circulante				
Partes relacionadas	1.946	369	1.946	369

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	100	-	100	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	-	-	283
Não circulante				
Partes Relacionadas		1.946		369

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo e possui prejuízos acumulados relevantes, e protocolou pedido de recuperação judicial em 16 de outubro de 2019. A Administração detalhou seus planos na nota 1 e entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

9. EVENTO SUBSEQUENTE

COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o nosso processo de recuperação judicial em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos parques eólicos.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor


Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA